



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião com a Diretoria da Federação das Indústrias do Distrito Federal – Fibra Palácio do Planalto, 09 de outubro de 2006

Bom, primeiro, meu querido amigo Antônio Rocha, quero dizer para você que é sempre uma alegria a gente receber um grupo de pessoas que apresentam propostas para o setor que representam.

Normalmente, no Brasil, as pessoas não costumam trabalhar com projetos. Eu, durante muito tempo, viajei muito pelo Brasil, fazendo reuniões com prefeitos, com Câmaras de Vereadores, e mesmo com empresários das cidades que eu visitava. A primeira pergunta que eu fazia é se eles tinham construído um projeto de desenvolvimento para aquela cidade ou para aquela região.

A verdade é que as pessoas não pensam em se sentar e, em função das suas dificuldades e das suas potencialidades, elaborar um projeto e, com esse projeto, buscar envolver todos os segmentos de governo, de instituições financeiras e de investidores de outros estados para que aqui possam implantar a sua indústria e desenvolver Brasília.

É verdade que Brasília, durante muito tempo, ficou dependendo muito da estrutura do governo. Também não era para menos, Brasília estava se implantando e para aqui veio quase tudo o que o Brasil tinha, desde investimento até gente de todos os estados. Então, era normal que Brasília, num primeiro momento, fosse assim.

Mas eu acho que Brasília pode ser uma região, e o DF pode ter um desenvolvimento industrial muito mais importante do que tem se nós conseguirmos planejar o desenvolvimento de Brasília, ou seja, que tipo de indústria vai se implantar aqui – nós não podemos trazer as mesmas indústrias poluentes que já estão em outros lugares – que tipo de desenvolvimento você



quer, que região você quer ocupar para fazer o Parque Industrial de Brasília. Eu acho isso extremamente produtivo e quero começar dando os parabéns a todos vocês por terem tido a coragem e a capacidade de sentar e trazer para o papel uma proposta. Esse é um passo extremamente importante.

O segundo passo que eu penso que tem que ser dado – e aí entram o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e o Ministério do Planejamento – é tentar pegar, junto do governo, todos os Ministérios que estão diretamente e indiretamente envolvidos na construção de uma proposta para constituírem um grupo de trabalho com vocês e com o governo.

E na minha opinião, a gente também deveria, em um próximo passo, envolver o governo do DF, que tem muito a ver com tudo isso. Deve ter a Secretaria de Indústria e de Desenvolvimento aqui, para que a gente possa, então, construir um projeto que seja de interesse de todos, porque nós vamos ter que conversar a questão ambiental, nós vamos ter que conversar algumas coisas com o Ministério Público, com o Ibama, com o Ministério do Meio Ambiente, com a Secretaria de Meio Ambiente, e definir corretamente o que nós queremos. Por exemplo, se nós introduzirmos, aqui no Brasil, a produção de semicondutores, essa é uma planta que precisa se implantar em cidades que a gente não queira poluir tanto. Mas para isso é preciso que a gente construa, antes, centros de alta tecnologia, e isso pode ser feito em parceria com o governo e com os empresários da região.

Eu fui, agora, visitar o Ceitec, no Rio Grande do Sul, que é o mais importante centro de desenvolvimento tecnológico da América Latina, uma coisa financiada pelo governo federal, que vai poder produzir chips. E eu acho que é nesse tipo de coisa que Brasília precisa pensar para se desenvolver. Tentar trazer para Brasília o modelo de desenvolvimento, muitas vezes feito abruptamente em outras regiões do Brasil, seria um desastre para Brasília, que é uma cidade altamente planejada. Só não se planejava que tivesse tanta



gente em tão curto espaço de tempo, mas isso é bom, e agora nós temos que cuidar disso.

Quero terminar, Rocha, dizendo para vocês o seguinte: o Paulo Bernardo está aqui, o ministro do Planejamento, o MDIC está aqui, vamos envolver, Paulo, e você poderia tomar a iniciativa de entregar isso ao Secretário da Indústria e Comércio do DF, e vamos criar um grupo de trabalho para pensar, porque esse grupo de trabalho, a partir do momento em que começar a pensar, nós temos que começar a convidar empresários de outra região para que eles topem vir aqui fazer parcerias, fazer investimentos na região.

Eu fico feliz quando você diz que aumentou o processo de exportação de Brasília e, na medida em que o Brasil exporte valor agregado, a chance de Brasília é enorme. Agora, com o aeroporto funcionando melhor, nós ainda temos que continuar a reforma do aeroporto, eu acho que Brasília tem uma chance de não ficar dependendo do governo federal, de tentar procurar os nichos de oportunidades que já têm no Parque Gráfico de Brasília e em outras coisas, e desenvolver Brasília, porque, como a cidade cresceu muito, não tem a possibilidade de o governo federal e o governo do DF serem os únicos sustentáculos da geração de oportunidades para essas pessoas. Nós temos a UnB, que é uma grande universidade, nós temos, agora, uma extensão para Planaltina, e atrás das universidades pode vir um centro tecnológico, é chamar e envolver o Reitor e começar a discutir o que nós queremos para Brasília nos próximos 20 ou 30 anos.

Bem, a construção civil é um setor em que eu estou mais tranquilo, porque eu acho que todas as medidas que nós tomamos para o setor nesses últimos 15 meses vão permitir que a gente tenha a certeza de que a construção civil vai ser uma das alavancadoras do desenvolvimento deste País em todo o território nacional.



Enfim, querido, eu quero agradecer e dizer para você – não sei se você vai deixar o material conosco – que vamos aumentar a cooperativa para fazer crédito mais barato para esse pessoal. No mais, é isso, gente, eu quero agradecer a presença de vocês e dizer que a nossa parte nós vamos cumprir, constituir o grupo de trabalho e tocar o barco.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura dos decretos de desapropriação de imóveis do complexo da Usina Catende em PE

Palácio do Planalto, 13 de outubro de 2006

Eu acredito que o que tinha que ser falado sobre a Usina Catende e a luta que os trabalhadores da região fizeram para conquistar definitivamente já foi dito. O que é importante ressaltar é o resultado da perseverança, esse é o fato importante. Eu, quando fui, em 1999, à Usina Catende, na época tinha um conflito lá, e nós discutíamos com o doutor Miguel Arraes, nós discutíamos com pessoas ligadas a bancos para que tentassem interceder para evitar que a Usina Catende terminasse em nada.

Quando fui à Usina Catende, a coisa que mais me assustou, Manoel, foi a megalomania de pessoas que conseguem pegar dinheiro, com facilidade, dos bancos públicos, coisa que o povo trabalhador não pegava naquela época, e aplicar em coisas que não eram prioritárias para a própria usina. Na verdade, o que eu vi lá foram algumas mansões, certamente onde moravam os filhos ou os parentes dos usineiros, e o dinheiro mesmo, para resolver o problema da usina, não era aplicado.

Na época eu fiquei assustado porque eu me perguntava: como é que pode uma empresa que tem uma avaliação do seu patrimônio líquido de apenas 60 milhões de reais conseguir, do Banco do Brasil, empréstimos oito vezes superior ao valor patrimonial da empresa? Eu não sou economista, mas a diferença entre o capital da empresa e o financiamento era de tal magnitude que eu voltei para cá sem compreender, e voltei sonhando que a gente poderia resolver esse problema em algum momento.

Eu acho que este ato de hoje, esta assinatura dos decretos, Manoel, eu penso que é mais do que uma conquista, eu penso que é a sinalização



definitiva de que nesse tempo todos nós aprendemos, e não foi fácil. As dificuldades nem sempre, no campo jurídico, são fáceis; as dificuldades no campo econômico são difíceis, ou seja, nós precisamos criar uma consciência, no Brasil, de microcrédito, de financiamento ao pequeno, para que as coisas pudessem voltar a funcionar.

Eu não esqueço nunca que em outubro de 2003 nós descobrimos que muita gente, no Banco do Brasil, tinha perdido o hábito de emprestar dinheiro para pequeno. E não era maldade do gerente não, não era má-vontade do superintendente, era que a cultura política estabelecida no País era a de não ter prioridade para os pequenos, a prioridade era apenas para aqueles que habitualmente costumavam contrair empréstimo, depois não pagavam, depois corriam, sobretudo em época eleitoral, faziam o governo fazer um novo plano de financiamento por 20 anos, por 15 anos, por 30 anos, e essa história perdurou durante 30, 40 anos no Brasil. Definitivamente, nós vamos ter que mudar essa situação.

E o gesto da Usina Catende é a sinalização de que a reforma agrária no Brasil é uma coisa definitiva. Certamente, nós não fizemos tudo o que queríamos fazer mas, certamente, fizemos muito mais do que os outros fizeram e, certamente, fizemos mais do que aquilo que nós mesmos imaginávamos fazer, em função da precariedade que nós encontramos. Ou seja, além do Incra não ter funcionários, vocês viram os números mostrados pelo Guilherme, nós ainda pegamos algumas greves pela frente, porque também o salário dos funcionários estava totalmente defasado.

Eu, na verdade, Manoel, não queria fazer este ato aqui, eu queria esperar passar o processo eleitoral e ir a Catende fazer uma visita à Usina Catende, não só porque ela já foi a maior da América Latina, mas porque o que vocês conseguiram fazer naquela Usina foi provar o seguinte: não existe, neste mundo de Deus, ninguém superior a ninguém. Neste mundo de Deus, o que falta são as oportunidades. Na medida em que vocês tiveram um mínimo de



oportunidade, o incentivo, mesmo que ainda pequeno, do governo, o que aconteceu é que vocês provaram que a usina Catende deu certo e que pode dar muito mais certo ainda.

Eu concordo, Manoel, quando você fala que não é possível apenas desapropriar as terras e deixar a Usina para outro dono porque vocês voltarão a ser empregados do mesmo jeito. É preciso, e o Incra me disse aqui, que o Ministério do Desenvolvimento Agrário já está fazendo avaliação, e é preciso que a gente traga para dentro do governo... já que deu certo com a terra, por que não pode dar certo com a Usina? Eu conheço muitas empresas no Brasil que os trabalhadores conseguiram salvar. Estavam falidas, os trabalhadores assumiram, tiveram oportunidade de financiamento e conseguiram fazer com que o projeto desse certo.

Então, eu acho que nós vamos continuar caminhando para a totalização das soluções dos problemas da Usina Catende. Uma coisa que me deixa tranquilo hoje, e muito tranquilo, é que o primeiro grande passo foi dado. O trabalhador já está sentindo o cheirinho de ser dono da terra em que muitos trabalham, mas seus pais já morreram, seus avós já morreram e eles estão hoje dizendo: valeu a pena o sacrifício, valeu a pena enfrentar a polícia, valeu a pena enfrentar determinado tipo de político no Brasil, valeu a pena enfrentar as injúrias de que vocês foram vítimas durante tanto e tanto tempo.

Então, eu acho que essa coisa... eu fico imaginando os trabalhadores lá, agora, como eles estão sentindo o seguinte: "Estou botando o pé no que é meu, acabou a escravidão, acabou a exploração e eu vou viver no meu chão depois de tantos e tantos anos". Nada é mais prazeroso do que um governante viver esse momento. Uma conquista que vocês fizeram sem violência, pelo contrário, foram vítimas; uma conquista que vocês fizeram, demonstrando que o trabalhador quer paz; uma conquista que vocês esperaram há 13 longos anos, não foram 13 dias, sem nenhum gesto de violência. Quando tinha alguma coisa, era para resistir a determinadas atitudes contra vocês. Eu



também quero dizer para vocês que eu acho que nós precisamos render homenagem a dois tipos de gente: primeiro, aos trabalhadores, já que sem eles nós não teríamos conquistado e, segundo, ao doutor Miguel Arraes, porque se não fosse a coragem dele, se não fosse pela atitude do doutor Miguel Arraes, certamente nós não estaríamos aqui, vivendo este momento hoje.

Só posso dizer para vocês: continuem fazendo o que vocês fizeram na Catende, com muita tranqüilidade, porque a reforma agrária não é apenas a quantidade de terra que você disponibiliza. A reforma agrária é a qualidade do resultado da terra que você dá ao trabalhador e à sua família para trabalhar. Para isso, o governo tem que continuar compatibilizando a qualidade dos assentamentos com a quantidade das pessoas assentadas, com a qualidade da assistência técnica, com a qualidade do financiamento e com a qualidade da garantia dos preços quando o mercado não atender à necessidade da sobrevivência das pessoas. Eu penso que se todos nós tivermos essa compreensão, nós faremos a reforma agrária tão sonhada por todo mundo em um tempo menor, mais rápido e com muito mais tranqüilidade do que já foi feito em qualquer outro momento da história do Brasil.

Meus parabéns a todos vocês e continuem se organizando porque ainda temos chão pela frente. Um abraço.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da cerimônia de lançamento da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa

Palácio do Planalto, 18 de outubro de 2006

Eu vou falar, porque vocês estão percebendo que, na banda de cá, tem gente nova que pensa que não vai ficar da nossa idade. É sempre assim, quando as pessoas têm 20 anos, 25 anos, nunca pensam que vão ficar com 60. Tudo é maravilhoso. A molecada cai, quebra o braço, sara por conta própria, quebra a cabeça, sara por conta própria. Nós, que já vivemos muito para criá-los com saúde, nós temos um pouquinho mais de precaução.

Então, eu queria dizer para vocês o seguinte, meu caro Renan, meu caro Aldo, meus companheiros da 3ª idade, meu caro ministro da Saúde, ministros aqui presentes, que aos poucos o Brasil vai garantindo que as pessoas conquistem a sua cidadania plena. O que é cidadania plena? É a gente olhar para a legislação, a gente olhar para os lados e perceber que tem uma série de coisas que estão funcionando para tomar conta da gente.

O Estatuto do Idoso, por exemplo, ficou muito tempo paralisado e nós aprovamos o Estatuto do Idoso. Alguns nos criticaram porque a gente utilizou uma idade menor, mas o dado concreto é que se o País não cuidar das suas crianças e não cuidar das suas pessoas da 3ª idade, este País não estará cumprindo com a função que tem que cumprir o Estado brasileiro. E para que isso funcione corretamente é importante a gente atentar para o papel do Conselho Nacional de Saúde. Vocês não têm que ter dó nem piedade. Eu quero dizer para vocês que um governante só trabalha com muito mais força se a sociedade estiver no calcanhar dele, alfinetando e cobrando, porque se não for assim, as pessoas pensam que está tudo bem. Quando ninguém reclama, quando ninguém fala, o cidadão vai para a casa dele e fala: “Ah, está tudo



maravilhoso, no meu País está tudo bom, no meu Ministério está tudo bem”. De vez em quando é preciso dar uma cutucada para as pessoas falarem: “Espera aí, nem tudo está bem”.

Nós estamos fazendo algumas coisas que eu considero extremamente importantes: primeiro, nós aprovamos o Estatuto do Idoso, depois nós construímos as farmácias populares, uma parte das farmácias populares é construída pelo governo, que vende 92 tipos de remédios a preços muito mais baratos do que na farmácia normal e, depois, nós fazemos convênios com a rede de farmácias. E eu tenho pedido, Agenor, que cada prefeito pode ter na sua cidade quantas farmácias populares ele quiser. Basta que a farmácia tenha um telefone e um computador para se conectar com o Ministério da Saúde. E aí, as pessoas que têm diabetes e as pessoas que têm problemas de pressão, que é o nosso problema... Todo dia de manhã eu meço a minha pressão, está ficando na hora da gente ficar com medo, a gente está mais próximo de Deus, então, a gente não pode brincar. E eu aconselho vocês a fazerem a mesma coisa, porque esse negócio que eles falam, um nome difícil da saúde, que nós conhecemos simplesmente como derrame, às vezes pega a gente desprevenido, às vezes a gente pensa que está bem e daqui a pouco vai internado, daqui a pouco não fala mais, daqui a pouco não mexe mais nada, daqui a pouco fica entrevado em cima de uma cama. Então, a gente precisa se cuidar.

Esse convênio que nós fizemos com a rede de farmácias nas cidades do Brasil inteiro, já tem quase 2.500 ou 2.600. Uma pessoa vai comprar remédio para hipertensão e para diabetes, são cinco tipos de remédios para cada um desses, são os mais vendidos, é isso? Nove medicamentos e 190 apresentações? Isso nós não entendemos, isso só vocês da área da saúde é que entendem, mas o dado concreto é que as pessoas estão comprando esses remédios a 10% do valor do preço normal da farmácia.



Eu sempre dou o seguinte exemplo: o Waldir Pires um dia estava aqui, hoje ele não está, ele disse que gastava 47 ou 67 reais por mês comprando remédio para hipertensão, porque ele já está com 80 anos de idade, parece que não tem, mas já está com 80 anos de idade. E ele, que gastava 60 e poucos reais, vai gastar agora apenas 6 e pouco por mês. O remédio para diabetes, uma pessoa que comprava insulina todo santo dia e gastava por volta de 130 reais por mês, agora pode gastar 13 reais por mês. Se é uma pessoa que ganhava um salário mínimo, ela vai economizar, no preço do remédio, um terço do salário mínimo, um terço por mês. Com doze meses dá até para fazer uma viagem de férias para algum lugar, não é isso? As pessoas, agora, quando vão ficando mais idosas, vão aprendendo a viajar, a fazer aquilo que não faziam quando tinham que tomar conta das crianças. Então, essa é uma medida extraordinária, eu acho, para ajudar as pessoas da terceira idade e outras pessoas até mais novas que têm esse problema de doença.

E essa caderneta, que não pôde nem ser mostrada aqui, só depois que terminar o processo eleitoral, é um prontuário de vocês. Ou seja, vai estar lá o nome, o sangue, a última visita ao médico, o último remédio que vocês tomaram, a última vacina que vocês tomaram. Aí, quando vocês estiverem precisando, em qualquer lugar, não precisam falar: “ah, mas eu só posso ir no doutor fulano de tal”. Não, podem ir no doutor fulano de tal, que ele vai ler ali, na caderneta de vocês, e vai saber exatamente qual foi o resultado da última consulta, qual foi o último remédio, a última injeção, a última vacina que vocês tomaram.

E hoje, Agenor, que é o Dia do Médico, sabia que hoje é o Dia do Médico? Eu quero dar a eles os parabéns, dar os parabéns aos companheiros do Ministério da Saúde, dar os parabéns a todos os companheiros conselheiros da Saúde neste País, que têm prestado um trabalho excepcional – a partir de vocês surgiu Conselho para tudo quando é coisa neste País, e é extremamente importante – e, sobretudo, dar os parabéns às pessoas que, como eu, já estão



chegando à terceira idade ou já chegaram à terceira idade. Porque, finalmente, o Estado brasileiro está devolvendo para a gente aquilo que nós demos de trabalho e de educação aos nossos filhos.

Por isso, muito obrigado e parabéns a todos vocês!



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de decreto que institui a coleta seletiva nos órgãos federais e anúncio de linha de crédito para catadores de materiais recicláveis

Palácio do Planalto, 25 de outubro de 2006

Meu caro Patrus Ananias, ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome,

Nossa querida ministra do Meio Ambiente, Marina Silva,

Nosso querido companheiro Luiz Marinho, ministro do Trabalho e Emprego,

Meu caro Sérgio Machado, ministro da Ciência e Tecnologia,

Meu caro Luiz Dulci, da Secretaria-Geral da Presidência da República,

Meu caro Tarso Genro, da Secretaria de Relações Institucionais,

Meu caro Ivan Ramalho, interino do Desenvolvimento, Indústria e Comércio,

Meu caro Demian Fiocca, presidente do BNDES,

Meu caro Waldemar Wirsig, representante no Brasil do Banco Interamericano de Desenvolvimento,

Meu caro Marcelo Garcia, presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social e secretário municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro,

Meu caro companheiro Luiz Henrique da Silva, representante da Associação de Catadores de Papel e Papelão Recicláveis,

Meu caro companheiro Sebastião Nicomedes de Oliveira, representante do Movimento da População em Situação de Rua,

Meus amigos e minhas amigas,



O que nós estamos presenciando aqui hoje, mais que um ato de assinatura de decreto e de assinatura de convênios, é um ato de cidadania. Em 1994, eu tive a oportunidade de ir à África do Sul visitar o então eleito presidente Mandela. Quando cheguei, às 8 horas da manhã, no Palácio de Governo da África do Sul, uma quantidade enorme de mulheres e homens estavam andando em volta do Palácio, olhando as paredes. O prédio estava aberto para a comunidade, para o povo entrar, e o povo entrava e não tocava em nada, mas olhava, olhava, olhava. Eu perguntei ao presidente Mandela porque aquele povo olhava com tanta admiração um Palácio, as paredes. E o presidente Mandela me disse: “Lula, essa gente, durante décadas, não podia nem passar aqui em frente. Um negro passar na frente do Palácio do Governo da África do Sul, até então governado pelos brancos, era quase um atentado aos bons costumes estabelecidos naquela época na África do Sul”. Então, as pessoas queriam ver, queriam olhar, não queriam nem tocar, só queriam ver.

Hoje, quando ouvi o discurso dos dois companheiros – me permitam chamá-los de companheiros também e não de Excelência – eu fiquei pensando quantas pessoas já passaram por este Palácio. Certamente, na história política do nosso País, já passaram muitos empresários, muitos banqueiros, muitos governantes de vários países do mundo. Certamente por aqui já passaram príncipes, já passaram reis, já passaram rainhas, já passaram primeiros-ministros, já passaram xeiques, já passaram muitas e muitas personalidades.

Mas a democracia brasileira e a conquista da cidadania brasileira não seriam completas se por aqui não passassem outras personalidades que compõem a população humana e que, muitas vezes, têm trabalho até mais importante que muitos dos que já passaram por aqui, mas que como essa profissão não está catalogada nos anais de quem faz a anotação das profissões chiques, essas pessoas nunca foram lembradas para entrar no Palácio de Governo, nem aqui, nem em muitos países do mundo. Não que a gente não queira que outros passem por aqui, por aqui precisam continuar



passando os reis que visitarem o Brasil, os príncipes que visitarem o Brasil, as rainhas que visitarem o Brasil, os empresários brasileiros e estrangeiros, os banqueiros brasileiros e estrangeiros, os trabalhadores organizados, os fazendeiros, os trabalhadores sem-terra, mas é preciso que penetre neste Palácio a sociedade brasileira como um todo. E eu penso que hoje nós culminamos, uma parte a mais, do avanço da democracia no nosso País.

Um gesto como este possivelmente não seja medido agora, leva tempo para que a sociedade mature e compreenda o significado, às vezes, até maior do que a conquista. Em que momento da história um catador de papel pôde usar a tribuna num palácio governamental? Em que momento da história um morador de rua pôde utilizar a palavra no Palácio presidencial em qualquer país do mundo? Por isso que o Brasil, aos poucos, vai sedimentando práticas e exemplos que podem ajudar na conquista da democracia no mundo. Porque também é preciso uma evolução da sociedade para compreender a função de cada um, para jogar no lixo o preconceito. O preconceito não pode ser reciclado, ele tem que ser exterminado da cabeça das pessoas.

Uma vez eu estava na frente da Assembléia Legislativa de São Paulo, em frente daquele memorial que tem lá, e eu vi uma cena que, se eu tivesse uma máquina, teria registrado: um “bacana”, daqueles que anda num carro último tipo, simplesmente abriu o vidro e jogou uma latinha de cerveja vazia para fora. Atrás dele, um companheiro, com uma carroça, humildemente pegou aquela latinha e colocou dentro de sua carroça. Porque para ele, aquela latinha era um estorvo dentro de seu carro, afinal de contas, ele já tinha bebido o conteúdo daquela latinha. Para um catador de material reciclável, aquela latinha significava a possibilidade de levar um pão para que o seu filho pudesse comer no dia seguinte.

Essa diferença de comportamento, dos mais diferentes segmentos da sociedade, só pode ser resolvida se for compreendido que nós somos diferentes em espécie humana e em funções, que cada um tem uma utilidade,



e foi para isso que nós fomos colocados no mundo. A compreensão de que o trabalho de um homem ou de uma mulher, que anda com uma carroça na rua, colhendo a sujeira que nós fazemos, precisa ser reconhecido com uma atividade nobre, como é a atividade de um trabalhador dentro da Volkswagen, onde o Marinho trabalhou durante tantos anos, ou de alguém que está dentro de uma sala, dando aulas, ou de alguém que está num palácio fazendo um decreto ou assinando uma lei. É apenas a compreensão da importância de cada um de nós nesta sociedade tão complexa e tão heterogênea. Compreender que as pessoas que vão morar na rua, não vão morar na rua porque querem. Depois, podem até ter disposição de ficar lá, mas é preciso que a gente se preocupe em saber sua origem. Por que alguém que já teve carteira profissional assinada e que já trabalhou em uma fábrica, de repente a gente encontra dormindo embaixo de um viaduto, dormindo em cima de um banco de praça ou dormindo embaixo de um buraco, repartindo o seu sono com ratos, pela periferia dos grandes centros urbanos? O papel da sociedade é compreender essa diversidade que existe na sociedade brasileira, diversidade política, cultural, mas, sobretudo, a diversidade social.

Então, este Ato que nós fazemos aqui no Palácio, com a assinatura do Decreto, é muito mais uma demonstração de que este País caminha, a passos largos, para que todos nós sejamos irmãos de verdade, para que todos nós sejamos irmãs de verdade, para que todos nós deixemos o preconceito de lado, deixemos a pequenez de lado, que muitas vezes toma conta do ser humano, e veja que todos nós somos iguais. Apenas, em determinados momentos históricos, estamos em posições diferentes, em postos sociais diferentes.

Eu quero dizer para vocês da minha alegria, do meu prazer, da satisfação de poder ter vivido o dia, como Presidente da República, em que neste Palácio adentrou mais uma parcela da sociedade brasileira marginalizada para afirmar, a quem quer que seja, que este País não tem dono



e não terá mais dono. Os donos dele são os 190 milhões de brasileiros.

Por isso, eu quero agradecer a presença de vocês aqui, porque nos dois discursos eu vi também uma coisa nobre. Normalmente algumas pessoas podem pensar: “bom, a pessoa trabalha colhendo papel na rua, não sabe nem falar”. E vocês viram o discurso finíssimo do Mineiro, e só podia ser mineiro, que foi ali na frente, quase nos obrigando a chamá-lo de Excelência. E depois nós vimos um morador de rua enrolado na coisa mais sagrada que o povo de uma pátria tem, que é a sua bandeira, fazer um discurso que poderia ser feito, talvez não com a mesma qualidade, por qualquer intelectual deste País.

E aí, Patrus e demais ministros que têm trabalhado nesta área, eu lamento não estar vendo o companheiro Júlio Lanceloti aqui no nosso meio, que eu sei que é um guerreiro de todas as horas junto conosco nesta parada. Eu queria dizer que o que vocês fizeram aqui hoje foi uma demonstração de que a parceria, a relação democrática, cordial, mantendo a autonomia dos Movimentos, mas que pode ser feita entre o Estado brasileiro, uma prefeitura, um governo de estado, o governo federal e vocês, só pode trazer bons resultados. Essas conversas, esses cursos, essa formação, eu vi aqui ele falar em gestão. Ele não falou na transversalidade porque talvez não tenha ido ninguém falar em transversalidade. Mas, gente, o que nós vimos aqui é o seguinte: não existe cidadão superior ou cidadão inferior, não existe o bacana e o não-bacana, o que existe é que na hora em que o ser humano tem uma chance, venha de onde vier, ele agarra essa chance e prova que tem tanta competência de sobreviver com dignidade quanto qualquer outra pessoa.

O que vocês fizeram aqui, hoje, eu não tenho dúvida nenhuma de que foi mais uma pequena lição de vida para quem governa este País, olhar para todos sem distinção, sem preconceito religioso, sem preconceito de raça, sem preconceito de religião, sem preconceito de função, sem preconceito político. Antes de tudo, vocês são tão ou mais brasileiros do que muitos que pensam que vocês não são nada.



Meus parabéns. Parabéns, Patrus. Parabéns, Marina. Parabéns, Marinho. Parabéns, Demian. E que Deus continue dando forças a vocês e, sobretudo, que Deus continue nos transformando, cada vez mais, em seres humanos humildes, para que a gente não esqueça nunca de onde viemos e onde queremos chegar.

Muito obrigado, gente!



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de apresentação da redução do índice de desmatamento da Amazônia

Palácio do Planalto, 26 de outubro de 2006

Bem, depois da exposição do nosso representante do INPE e da Marina, eu penso que o mais importante é a entrevista que a Marina, o Capobianco, o Sérgio Rezende e o pessoal do INPE vai dar aí embaixo, para entrar em detalhes técnicos com a curiosidade da imprensa.

Mas eu queria, Dilma, Marina, Sérgio Rezende e demais ministros, dizer para vocês uma coisa que me marcou muito quando eu chamei a Marina para ser ministra do Meio Ambiente. É que ela disse a mim que o desafio que estava colocado para ela não era o de ser um instrumento, puro e simplesmente, da proibição, para dizer que não pode fazer. Ela me disse que iria trabalhar com sua equipe, propôs a criação dos instrumentos de transversalidade que, durante um tempo, virou uma palavra muito bonita entre nós aqui dentro.

E essa composição de treze Ministérios participando da discussão da Amazônia demonstra a seriedade com que nós tratamos a questão da Amazônia, ainda com o apoio das Forças Armadas brasileira. É extremamente significativo a gente dizer, Marina, que você está provando que é possível, ao invés de proibir, a gente continuar ensinando como fazer as coisas corretas neste País. É mais barato, mais econômico e mais saudável para o futuro da nação, e será muito melhor reconhecido pelos nossos netos, nossos bisnetos, daqui a alguns anos, quando eles perceberem que cuidar da Amazônia não foi uma decisão unilateral de um ambientalista, de um ministro ou de um presidente da República, mas foi uma determinação de políticas públicas de um governo que tenta cuidar da nossa fauna, que tenta cuidar da nossa floresta, que tenta cuidar das nossas águas, tentando reparar, no menor



espaço de tempo possível, o descuido que durante tanto e tanto tempo as pessoas tiveram.

A verdade é que durante muito tempo a gente achou que a Amazônia era inesgotável, a gente achava que pelo fato de o Brasil ter uma quantidade enorme de rios, que não se ia ter problema de água no Brasil, a gente pensava que tinha uma fauna extraordinária e, portanto, ela nunca ia acabar. E o que a gente descobre, muitas vezes ensinado pelas pessoas mais novas do que nós, é que se a gente não cuidar, o que a gente tem vai acabar. E quando acabar vai ser pior para todo mundo.

Nós, hoje, poderíamos dizer para todo mundo uma coisa que eu acho importante, já tem estudos na Embrapa, um estudo comparativo entre o Brasil e outros países do mundo, sobretudo os países desenvolvidos. Eles têm pouco a nos dar conselho sobre como cuidar do meio ambiente, porque eles só foram descobrir que era necessário cuidar quando desmataram praticamente todo o seu território. Mesmo assim, com muitos dos protocolos internacionais que são assinados para preservar o meio ambiente e diminuir a poluição emitida pelos países ricos, eles não querem concordar, ou seja, o que nós estamos vendo no mundo de hoje é que nas conferências internacionais tomam-se as mais belas decisões, mas depois grande parte delas não são implementadas porque as decisões são incompatíveis com a vontade ou a ganância do crescimento econômico que querem alguns países.

O Brasil, nesse momento, prova ao mundo que é possível fazer as duas coisas, que é possível a gente ter crescimento mais ordenado, que é possível a gente levar determinados tipos de empresas para regiões sensíveis como a Amazônia, menos poluentes, de que é possível a gente cuidar das nossas águas. Por isso aprovamos o Plano que cuida dos recursos hídricos no Brasil. Eu não sei quantos países já criaram, mas nós criamos e ele está aí. Nós sabemos da diferença entre ter as leis e elas serem cumpridas, porque muitas coisas feitas equivocadamente são feitas na clandestinidade, são feitas na



base da bandidagem mesmo, nós temos que dizer em alto e bom som.

Os números que a Marina citou são números razoáveis de serem decorados pela população brasileira. Foram presas 379 pessoas, 71 pessoas eram servidores do Ibama, 19 pessoas eram servidores públicos e 289 madeireiros e lobistas. Ou seja, essa gente, para parar de fazer o que fizeram, o Estado tem que agir com todo o seu mecanismo de atuação, da Polícia Federal ao Ministério Público, do Ministério do Meio Ambiente ao Ministério da Defesa, porque senão a gente não combate o desmatamento, não combate a poluição do meio ambiente.

Então, nós temos que afirmar, Marina, duas coisas fundamentais: primeiro, que é possível desenvolver a Amazônia com o cuidado com que precisa ser desenvolvida, porque lá também moram 25 milhões de seres humanos que querem ter acesso às coisas que tem nos grandes centros urbanos. É possível levar um desenvolvimento mais limpo para lá, é possível que qualquer desmatamento que possa ser feito, que seja de forma ordenada, que se possa fazer como foi feito o projeto da BR-163, que pode servir de exemplo para o mundo. Está certo que tem muita gente nos criticando, mas não importa que as pessoas critiquem, vamos fazer o debate, o dado concreto é dormirmos tranqüilos, sabendo que estamos propondo a coisa certa.

Se há incompreensões agora, amanhã deixará de haver incompreensões. Pagaremos um preço pelas críticas agora mas, amanhã, certamente alguém irá lembrar que houve um tempo neste País de um governo que não teve medo de brigar com um ou com outro para construir um país de futuro muito mais sólido, muito mais planejado do ponto de vista ambiental, muito mais cuidadoso do ponto de vista de não perder as coisas que a natureza nos deu.

Isso vem afirmar, definitivamente, que a Amazônia é brasileira, que o domínio soberano do nosso território é inquestionável, e quem quiser conhecer a Amazônia precisa pedir licença para o Brasil; quem quiser explorar tem que



pedir licença para o Brasil porque nós não abrimos mão do controle soberano dessa reserva florestal extraordinária, a maior do Planeta. Não abriremos mão.

Uma vez eu li um livro, eu acho que é no Mauá, em que dizem que um pesquisador americano, andando por aqui no século XVII ou no século XVIII, chegou à conclusão de que o rio Amazonas era uma extensão do Mississipi e, portanto, eles tinham direito à Amazônia. Eu acho que quanto mais a sociedade brasileira estiver convencida do ato soberano do Brasil em torno da Amazônia, mais o governo brasileiro estará comprometido em contribuir para, de um lado, preservar e, de outro lado, ajudar que aquela região se desenvolva sem agredir uma coisa sagrada que nós seres humanos tanto vamos precisar e que muitas vezes não nos damos conta do estrago que já foi feito.

Por isso, eu queria, Marina, em teu nome parabenizar os ministros que participaram disso, parabenizar a companheira Dilma pela coordenação, e dizer que agora você tem a incumbência de descer, você, o Capobianco, o INPE, o Sérgio, e ir falar para a imprensa brasileira – aqui mesmo? Então nós é que temos que nos retirar – e fazer o grande debate. Se alguém tem dúvida, pode parar de ter dúvida porque nós não aceitaremos sequer brincar que a Amazônia corre qualquer risco de não ser brasileira como ela sempre foi.

Muito obrigado, meus parabéns, Marina.



Pronunciamento à nação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em cadeia nacional de rádio e TV, sobre o processo democrático das eleições

Minhas amigas e meus amigos,

No último domingo, nós brasileiros demos um belíssimo exemplo de democracia. Como presidente reeleito, gostaria de agradecer aos mais de 120 milhões de eleitores que foram às urnas e celebraram o rito democrático mais sagrado: a opção livre e soberana do voto. Sei que agora, encerrada a disputa eleitoral, o que interessa a todos é a vitória do Brasil, pois os verdadeiros adversários são a injustiça social, a desigualdade e as várias formas de atraso que ainda travam a vida nacional. Uma eleição não é o fim, mas o começo.

Uma votação maciça, como a que tivemos, eu e o meu companheiro José Alencar, dá plena legitimidade ao exercício do poder, mas não resolve, num passe de mágica, os problemas nacionais. Volto a afirmar que o nome do meu segundo mandato será desenvolvimento. Desenvolvimento com distribuição de renda e educação de qualidade. E é em torno desta proposta, capaz de unir todos os brasileiros e brasileiras, que venho pedir o esforço e o entendimento nacionais.

Como homem de diálogo que sempre fui, estendo mais uma vez as mãos para o entendimento e a concórdia. Conclamo toda a sociedade, a começar pelas lideranças políticas e movimentos sociais, a unirmos o Brasil em torno de uma agenda comum de temas de interesse nacional. É um chamamento maduro e sincero, feito por um presidente que está saindo de uma vitória expressiva nas urnas, que conta com o apoio majoritário dos governadores eleitos e que terá uma base sólida no Congresso Nacional, mas



já tem experiência suficiente para saber que para fazer as coisas com a velocidade que o Brasil necessita, é preciso contar com o empenho e a boa vontade de amplos setores da vida nacional.

Nada vai mudar meus ideais e minhas convicções. Sei que o mesmo ocorre com os meus opositores. E é esta diversidade de posições que enriquece a democracia, mas isso não pode impedir que avancemos nos grandes temas de interesse coletivo. Por exemplo: é preciso agilizar a votação de matérias importantes que já estão no Congresso, como o Fundo Nacional de Educação Básica, que vai aumentar em dez vezes os recursos para o ensino básico; a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, que vai diminuir impostos e a burocracia para o empreendedor; e a reforma tributária, que vai tornar mais justa a cobrança de tributos e reforçar o equilíbrio federativo. É necessário, igualmente, criar um clima de profunda responsabilidade republicana para a discussão e votação de reformas importantes, a começar pela Reforma Política. É preciso, também, a união das forças regionais em favor de projetos de desenvolvimento já em curso e que trarão progresso para todos os estados do País, como os do Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro, da Refinaria de Pernambuco, do Pólo Siderúrgico do Ceará, da Ferrovia Transnordestina, dos mais de 4 mil quilômetros de gasodutos interligando todo o Brasil, das hidrelétricas do Rio Madeira, das BRs 101 Sul e Nordeste e da BR 163, entre tantos outros.

Tivemos uma das eleições mais transparentes e democráticas da nossa história. E isso não se deu por acaso. Isso ocorreu por causa do amadurecimento de nossas instituições, da postura dos candidatos e, muito especialmente, da ação e vigilância do nosso povo. Houve, ainda, um fator inédito e decisivo: pela primeira vez o Brasil enfrentou uma disputa presidencial sem nenhum tipo de abalo econômico, seja antes, durante ou depois das eleições. A estabilidade é uma das conquistas que precisamos manter e



ampliar. Mas temos, também, várias outras e elas ficaram muito claras nestas eleições.

Alguns afirmavam que a disputa presidencial iria dividir o Brasil em dois e isso não ocorreu. Mas a exposição franca dos problemas mostrou, para toda a sociedade, que ainda existem brasis profundamente desiguais e o quanto é urgente e necessário que as desigualdades sociais e regionais diminuam.

O Brasil tem ainda uma enorme dívida social a resgatar, um grande atraso político a vencer, e questões éticas a discutir e superar. No que depender de mim, vou acelerar a solução de todas as pendências e estimular democraticamente os outros poderes a fazerem o mesmo. Continuarei empenhado para que os órgãos de investigação e da Justiça apurem todas as denúncias de corrupção e que os verdadeiros culpados sejam exemplarmente punidos.

Minhas amigas e meus amigos,

Quero continuar fazendo um governo que conjugue uma política econômica correta e uma forte sensibilidade social, com uma gestão administrativa eficiente e um comando político acertado. Um governo que continue a diminuir as desigualdades entre pessoas e regiões. Um governo que aprofunde, ainda mais, a inserção soberana do Brasil no mundo.

Temos tudo, a partir de agora, para crescer mais rápido e ampliar nossas políticas sociais. Temos tudo para aumentar o emprego, melhorar a educação, a saúde e a segurança. Mas vamos fazer isso com grande responsabilidade na área fiscal e controle da inflação. Só assim vamos entrar, definitivamente, na rota do crescimento de longo prazo. Só assim vamos continuar crescendo, gerando empregos e distribuindo renda. Só assim vamos fazer do Brasil a nação livre e justa que nós todos sonhamos.

Muito obrigado.